

# RECONSTRUINDO A INDÚSTRIA

Uma proposta da indústria brasileira  
de máquinas e equipamentos

## SUMÁRIO EXECUTIVO

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento é uma iniciativa da Abimaq, como contribuição da indústria brasileira de máquinas e equipamentos aos candidatos à Presidência da República, para uma agenda voltada ao crescimento econômico baseado em ações que visem a estruturação das cadeias de suprimentos estratégicos e de setores econômicos com menor emissão de CO2. Décadas de encolhimento dos investimentos e das atividades industriais em relação ao PIB, levaram o país a um desempenho aquém das suas necessidades, abaixo da média de crescimento mundial e para reverter esse quadro é necessária a adoção de projetos bens estruturados, focados em qualidade de vida a partir da criação de postos de trabalho com elevada remuneração da mão de obra e do cuidado com o meio ambiente, que passa por investimentos em ciência e tecnologia, por modernização da infraestrutura e ampliação do capital produtivo e maior presença no cenário internacional.

Na nova dinâmica do crescimento as ações necessárias passam por:

### Melhoria do ambiente de negócio

visando reduzir o “Custo Brasil” por meio de:



**Reforma tributária** - Aprovar a PEC 110/2019 que visa criar um imposto de valor agregado incidindo sobre todos os bens e serviços, simplificando o atual sistema, reduzindo os custos administrativos, desonerando os investimentos produtivos e as exportações. Os impostos sobre a renda e a propriedade, posteriormente, deverão ser revistos eliminando toda e qualquer isenção, aumentando sua progressividade para, na medida do possível, aumentar sua participação relativa no total dos tributos abrindo espaço para redução dos impostos sobre o consumo.



**Reforma trabalhista** - Continuar o processo de modernização das relações do trabalho visando maior segurança jurídica e ampliação dos postos de trabalho formais por meio de alterações na CLT que visem ampliação do prazo para uso do banco de horas, atualização da CBO e dar maior flexibilidade para distribuição das horas de trabalho semanais.

**Ampliar a participação da indústria de transformação** no PIB visando inibir os transtornos da falta de insumos que o país foi exposto durante as últimas crises e enfrentar os desafios de acelerar o desenvolvimento verde em direção de uma economia com menor emissão de gases de efeito estufa. Isso passa pela construção de uma infraestrutura moderna e desenvolvimento de uma indústria de transformação vigorosa a partir da oferta linhas de financiamento atrativas, apoio a pesquisa e inovação e incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas estratégicas, maior presença no cenário internacional entre outros fatores.



**Financiamento ao investimento** – Lei 13.483/2017 que instituiu a TLP (Taxa de Longo Prazo) como remuneração do FAT encareceu os custos das linhas de crédito oferecida pelo BNDES inviabilizando o seu uso. É preciso, portanto, visitar seus termos restabelecendo a capacidade do Banco de exercer políticas anticíclicas, financiar projetos infraestrutura e industrial e, apoiar a inovação e a exportação, entre outros, operando com condições diferenciadas em relação ao mercado e facilitando a realização de investimentos.



**Política de desenvolvimento industrial** – As últimas crises internacionais têm levado as principais economias do mundo a reverem suas políticas de desenvolvimento industrial, reforçando a importância do domínio tecnológico e produtivo em áreas estratégicas. O Brasil não pode ficar fora desse movimento e, para isso, necessita implementar um conjunto de instrumentos e políticas públicas tendo como o objetivo estimular e direcionar novos investimentos produtivos nessas áreas de modo a induzir o

setor privado na busca de novas oportunidades e na expansão de fronteiras tecnológicas. Isso exige por parte do governo a definição de objetivos estratégicos com a ampliação de fundos públicos orientados para a resolução de problemas concretos aliado à eliminação de redundâncias de estruturas e esforços nos diferentes níveis do Estado. Para isso são sugeridos:

- 1- Modernização institucional da educação no Brasil com foco na qualificação da mão de obra;
- 2- Aprimoramento dos instrumentos de apoio à inovação;
- 3- Fortalecimento das empresas de engenharia nacional;
- 4- Implementação de estratégia para a Indústria 4.0.

**Transição energética** - A substituição da energia fóssil por renovável está na agenda dos principais países é, portanto, mandatário que o País trate esse tema como uma de suas prioridades, de modo a garantir o abastecimento e direcionar o atendimento às diversas demandas a favor do desenvolvimento nacional. O País precisa dominar toda a cadeia de valor de todas as fontes. Cabe ao governo liderar o processo de transição que mitigue os riscos, aproveite ao máximo as oportunidades para o desenvolvimento da economia nacional e permita garantir a autonomia de decisão, mantendo a soberania nacional e minimizando as ameaças provenientes de crises externas.

**Mais investimentos em infraestrutura** - É necessária a realização de investimentos em infraestrutura, com foco na sustentabilidade ambiental e no seu desenvolvimento em nível adequado, não somente para evitar o sucateamento da estrutura existente, mas para tornar eficiente e moderna a geração e distribuição de energia, a mobilidade urbana, a logística de distribuição da produção industrial e o escoamento da safra agrícola entre outros. Para tanto é preciso combater fatores de incerteza dos marcos regulatórios, criar uma agência voltada ao desenvolvimento de projetos de investimentos, realizar mudanças na estrutura do mercado de capitais, criando regras para emissão de debêntures de empresas de menor porte.

### Maior presença no mercado internacional

**Política de comércio exterior** - A participação brasileira no comércio internacional ainda é bastante limitada em grande parte pela falta de uma política estratégica de inserção do Brasil no comércio mundial. A priorização da política de comércio exterior é fundamental para a recuperação e crescimento da economia brasileira e requer a superação de desafios e a adequação ao atual estágio de desenvolvimento e organização das estruturas produtivas do Brasil. Para alcançar esse objetivo, o novo governo deverá solucionar entraves internos ao desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, superar as adversidades de um ambiente internacional menos cooperativo em temas de comércio.



**Liberalização Comercial** – É necessário um processo de abertura comercial conduzido de forma concomitante à redução do “Custo Brasil”. Nesse sentido, a concretização de uma estratégia de abertura comercial sustentável deve, necessariamente, ser implementada por meio de políticas coordenadas, pelas quais as assimetrias de mercado sejam combatidas, como forma de assegurar a isonomia produtiva e a competitividade industrial nos mercados nacional e internacional. Deve objetivar, portanto, a ampliação dos investimentos, da produção e da geração de emprego de qualidade.



**Inserção em Cadeias Globais de Valor via Acordos Comerciais** - A percepção de ganhos efetivos por meio do processo de integração nas cadeias globais de valor está condicionada precipuamente à capacidade de um país de agregação de valor, assim como da posição que este ocupa ao longo desta cadeia produtiva. Os movimentos de liberalização comercial precisam, portanto, visar o reposicionamento do Brasil frente aos seus parceiros comerciais com a definição de frentes negociadoras por meio do diálogo com o setor produtivo.



**Competitividade e Concorrência Externa** - Para fazer face a um mercado internacional competitivo, marcado pela ampla utilização de políticas industriais de incentivo por importantes concorrentes do Brasil, deve-se promover um ambiente de negócios competitivo, no qual haja grande disponibilidade de linhas de crédito a preços competitivos ao tomador. Como paliativo, até que essas falhas de mercado sejam sanadas e o mercado de crédito à exportação funcione como um mercado em concorrência perfeita no Brasil, é desejável a estruturação de um sistema oficial de apoio às exportações efetivo, sem que isso represente a subsídio de crédito aos exportadores nacionais. Ademais, as políticas de comércio exterior deverão ter em vista a criação de uma cultura empresarial voltada para metas que transcendem resultados estritamente econômicos, focadas em medidas comerciais de incentivo à melhoria da fiscalização e monitoramento de boas práticas ambientais, sociais e de governança.



**Boas Práticas e Facilitação de Comércio** - Inserida nas estratégias de melhoria do ambiente de negócios do país, a redução nos custos de operações de importação e exportação por meio da simplificação e desburocratização dos procedimentos relacionados ao comércio exterior é um elemento central para o incremento da competitividade do setor produtivo. Ainda na agenda de boas práticas, é imprescindível a implantação por completo do Portal Único de Comércio Exterior visando a integração total de todos os anuentes do comércio exterior, resultando na eliminação de documentos, redução de tempo e de custos nos processos de exportação e importação.



**Promoção Comercial e Internacionalização** - A agenda de promoção comercial e internacionalização das empresas brasileiras tem mostrado bons resultados nos últimos anos, ainda que aquém do potencial da economia brasileira. Os desafios da atuação internacional não se limitam à capacitação e à organização: a consulta a estudos de mercado e a utilização de ferramentas que permitem a estruturação de dados - como materiais de inteligência comercial - tornam-se uma vantagem estratégica com capacidade de dirimir riscos e otimizar recursos, ainda mais quando o assunto é o mercado externo. Atualmente, um número vasto de instituições e agências apoiam as empresas brasileiras na tarefa de exportar e de profissionalizar sua participação internacional. Contudo, parte das sugestões das empresas que buscam esse suporte e recursos dizem respeito a uma maior centralização das informações e dos apoios, o que proporcionaria uma oferta mais eficiente dos recursos - muitas vezes escassos -, evitando a duplicidade de ações que, ao final, possuem a mesma finalidade.